

A Transição Capitalista no Rio Grande do Sul: A Economia Gaúcha na Primeira República

PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA^(*)

Em linhas gerais, a Primeira República (1890-1930) pode ser considerada como um longo período de quatro décadas no decorrer das quais o Rio Grande do Sul passou por importantes transformações econômicas e sociais. A importância de seu estudo prende-se a esse fato, já que a origem (ou "gênese") de muitas questões postas pelo presente deve ser lá buscada — e não no pós-30, no período de "substituição de importações", como ainda insistem muitos economistas e historiadores. É conveniente assinalar que tais transformações, embora aparentemente desconexas, e tendo sido percebidas ou não quando ocorreram, tendo sido planejadas ou fruto de "decisões momentâneas", têm na verdade uma direção. E esta aponta para o fato de a Primeira República poder ser

O autor é professor do depto. de ciências econômicas e do curso de pós-graduação em economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — IEPE/UFRGS.

(*) Este artigo foi elaborado como "texto de discussão" do IEPE/UFRGS.

considerada como um período de nascimento e florescimento do capitalismo no Rio Grande do Sul: é quando as relações tipicamente capitalistas se difundem, acarretando uma série de mudanças (econômicas, sociais, tecnológicas, políticas), ao mesmo tempo que ainda não são hegemônicas. As quatro décadas podem ser consideradas, assim, como um período de *transição capitalista*⁽¹⁾.

Tal marco para o entendimento da Primeira República não é, e talvez nem pudesse ser, específico para o Rio Grande

(1) Esta é a forma pela qual, inicialmente, Florestan Fernandes (1975) interpretou a Primeira República brasileira, passando, após, a ser utilizada e aprofundada por inúmeros autores, entre os quais J.M. Cardoso de Mello (1982). 'Também Sonia M. Draibe, lançando mão deste marco teórico', afirmou: "Este 'crescimento industrial', frente às exigências da industrialização, não confere ao capital industrial um grau de diversificação e uma escala suficientes para a dominância neste processo de acumulação, como também não o ha-

...

do Sul, pois este se insere, enquanto economia, no todo maior que é a economia brasileira: daí ser necessário ter presente, *em todos os momentos da análise*, que este conjunto de transformações não pode ser entendido ficando-se adstrito tão-somente à economia estadual, já que ela é incapaz de dar conta de um processo tão complexo. Isto não invalida, evidentemente, que se procure investigar cientificamente motivações ou determinantes internos que, presentes no Rio Grande do Sul, vão dar o caráter e a forma particulares com que este se integra à economia brasileira. Dir-se-ia, inclusive, que no caso o "interno" é fundamental, pois sem ele é impossível se dar conta das formas diferentes com que as diferentes regiões se integraram, dando sentido a uma transformação que marca a economia brasileira em sua totalidade. Negar-se este lado "interno" da questão seria admitir que todas as mudanças (e que todas as "variáveis" estaduais) seriam decorrência imediata das transformações do eixo hegemônico (a economia cafeeira) — o que, em poucas palavras, seria simplismo e ingenuidade.

O ensaio está dividido em cinco seções. As três primeiras tratam, respectivamente, da pecuária, da agricultura e da indústria, pretendendo traçar um panorama de cada uma delas durante o período analisado. Subjacente a elas está a hipótese da estagnação da economia pecuário-charqueadora frente à ascensão da policultura e da indústria, pretendendo-se associar tal fato à formação do capitalismo no Rio Grande do Sul. A quarta seção procura investigar alguns aspectos da política econômica do governo estadual, mostrando o papel do Estado em direcionar a economia segundo

... bilita para a destruição de formas pretéritas de organização da produção. Por isso mesmo, esta é uma estrutura de transição, já que heterogênea: sob a dominação do capital mercantil, nele convivem as mais diversas formas de organização de produção, bem como distintas relações de produção". (DRAIBE, Sonia M. 1983, p. 02).

um projeto cujo resultado apareceu nas três seções anteriores. A quinta parte é de conclusão.

1. Estagnação e Crise da Economia Pecuário-Charqueadora

Durante o Império a principal atividade econômica do Rio Grande do Sul fora a pecuária, realizada em moldes extensivos e em grandes propriedades, localizadas principalmente ao sul da província, na região denominada "Campanha", zona de fronteira com o Uruguai e a Argentina. Esta era a região de melhores pastagens e melhores gados, colonizada principalmente por portugueses e espanhóis. Da criação de gado bovino vinham os principais produtos de exportação do Período Imperial: charque, couros, gado em pé, sebos etc. . A técnica de salgamento da carne, introduzida no Rio Grande do Sul ao final do século 18, passou, desde então, a ser responsável por grande parte da dinamicidade de sua economia: em cerca de 8 anos, entre 1814 e 1822, a população gaúcha aumentou cerca de 50%, aumentou este concentrado nos municípios desta região, especialmente Pelotas e Rio Grande, cujos portos serviam como escoadouro para o charque. Haja vista que Pelotas em 1814 possuía 2.419 habitantes e, em 1822, juntamente com Jaguarão e Cangussu, cerca de 20.040. Rio Grande, Mostardas e Piratini, que em 1814 possuíam 8.400 habitantes, em 1822 possuíam 34.600(2). Em 1861, somente dois produtos, charque e couros, correspondiam a três quartos do valor das exportações do Rio Grande do Sul(3). Estes tinham como destino os principais portos do País, onde eram consumidos pela população de baixa renda e pelos escravos. Este fato traz à tona um aspecto que acompanha a história econômica gaúcha: sua vinculação ao mercado nacional, diferindo de outras regiões, pois

(2) SINGER, Paul (1977, p. 150)

(3) Veja tabela 1, no Anexo

ocupava posição singular no período em que a economia brasileira se norteava, em última instância, pelo “modelo agroexportador”.

Quanto à mão-de-obra, pode-se dizer que, enquanto na atividade criatória propriamente dita predominavam formas de agregação e parceria, destacando-se a figura do “peão”, nas charqueadas o escravo era dominante. Neste quadro o trabalho assalariado era pouco expressivo, embora se deva notar que foi sendo introduzido tanto nas fazendas como nas charqueadas, inicialmente na realização de tarefas mais especializadas.

A economia charqueadora, não obstante ser a principal fonte de renda da Província e ter grande influência nos quadros políticos do Império, desde aproximadamente a metade do século 19 começou a enfrentar sucessivas crises. Estas vinham à tona no âmbito do mercado, quando da realização: ficava cada vez mais difícil enfrentar a concorrência do charque platino, que tinha condições de chegar nos principais portos brasileiros, às vezes até no Rio Grande do Sul, com preço inferior ao charque local — que, ainda, era tido como de pior qualidade. Em função disso aparecem sérios desentendimentos entre políticos locais e o Rio de Janeiro, já que o governo se negava a estabelecer, via de regra, tarifas protecionistas para o charque local. A não ser em momentos decisivos, como na Guerra do Paraguai, quando o território gaúcho se tornou importante para a política externa imperial, pôde o Rio Grande contar com protecionismo. A alegação do governo imperial, afora as vinculadas diretamente à ideologia do livre-cambismo, era que tal medida recairia sobre o “consumidor nacional” (ou seja, encareceria o custo de manutenção dos escravos e o custo da alimentação nos centros urbanos).

Uma interpretação da crise da economia charqueadora gaúcha foi proposta por Fernando Henrique Cardoso, que a asso-

ciou às desvantagens do trabalho escravo frente ao assalariado, já presente nos países do Prata⁽⁴⁾. Este trouxe consigo nova racionalidade, a capitalista, mostrando-se mais aberto à especialização e à divisão do trabalho, assim como à introdução de novas técnicas. Com a transformação da mão-de-obra em “trabalhadores livres”, de custo fixo a variável, houve uma melhora de produtividade além de diminuir sensivelmente o “custo da repressão” — fundamental para entender a crise da escravidão ao longo do 2.º Império, especialmente em uma zona fronteira. Além disso, devem ser apontados outros fatores que davam vantagens ao charque platino, barateando seu custo de produção, como a existência de melhores portos e estradas, caracterizando uma melhor infra-estrutura, e ainda *ter a seu lado a política econômica governamental*, já que se tratava de atividade econômica com estreitos vínculos ao poder central em seus países.

Embora nada se tenha a objetar à argumentação de Cardoso, a qual se constitui importante interpretação da crise das charqueadas durante o Império, não se pode, entretanto, deixar de lado outra evidência: o prolongamento da crise por todo o período da República Velha, quando, portanto, já preminava o trabalho assalariado nas charqueadas. Neste período, contudo, a ausência de infra-estrutura e de política econômica continuavam — ao mesmo tempo que a descapitalização do setor, que vinha de longa crise desde o Império, impediu qualquer renovação que, com êxito, conseguisse baixar os custos de produção.

A crise das charqueadas durante a República Velha pode ser percebida ao se notar que as quantidades exportadas de charque estagnavam e sofriam grandes oscilações — de forma alguma possuindo um dos mais importantes pré-requisitos de um “setor dinâmico”, que é manter elevada

(4) CARDOSO, Fernando Henrique (1962, *passim*).

taxa de crescimento. É inegável que entre 1890 e 1930 houve alguns períodos de euforia, mas o que se constata é a queda da participação do charque no valor das exportações, que de 30,3% em 1890, ao longo dos anos 20 só uma vez chegou a mais de 20%, e em 1928 fez apenas 16,7(5). Mesmo assim, foi o charque o primeiro produto em valor das exportações durante a República Velha — com exceção dos últimos anos, quando perderá para a banha.

Estes dados são um indicador da crise da economia pecuária, e mais que isso, da economia da Campanha. Olhando-se a pauta de exportações em diversos anos, nota-se que muito mais significativa foi a perda da posição relativa dos couros: de 37,2% em 1861, chega no início da República, em 1890, com 24,4%; e em 1927 responderá por apenas 6,8% do valor das exportações estaduais(6).

A zona da Campanha, apesar de especializada na pecuária bovina, era também responsável pela criação dos gados ovino e eqüino — mas estes eram bem menos valorizados. O Censo de 1920 estima que cerca de 70% do valor do rebanho gaúcho era de gado bovino, seguido pelo suíno, com 13,7%, e pelo eqüino, com 9,6%. O rebanho ovino participava com apenas 4,7% do total, mas tinha importância, uma vez que a lã é tanto usada internamente como conhece exportações crescentes, também para o resto do Brasil(7). Já os suínos têm pouco significado para a economia da Campanha: entre os municípios maiores produtores nenhum deles está nesta região, segundo o mesmo Censo de 1920(8).

(5) Veja tabela 2, no Anexo.

(6) Veja tabela 1, no Anexo.

(7) BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio (1923, v. 3, p. LXXXI).

(8) São eles: Guaporé, Lajeado, Montenegro, Alfredo Chaves, Ijuí, Estrela, Santa Cruz, ...

Dito isto, cabe assinalar que a principal fonte de riqueza do Rio Grande do Sul, apesar de ser ainda a mais importante durante a República Velha, encontrava-se em franca decadência, sofrendo as consequências de crises sucessivas e tendo baixa capitalização. Isto já contrasta com São Paulo: enquanto as raízes da industrialização paulista são encontradas no café, o mesmo não se pode dizer com relação à do Rio Grande do Sul com a pecuária. Esta não tem um capital que, ampliado, vá às atividades urbanas, pelo menos com expressão: o setor, inclusive, encontra problemas para reinvestir dentro dele, e foram poucos os fazendeiros que pensaram numa diversificação. A própria relação deles na produção é mais em termos senhoriais, aproximando-se do rentista: a terra lhe deve uma obrigação, procurando menos obter lucro que manter certa renda. Daí, também, constatar-se pelo Censo de 1920 a alta porcentagem de propriedades rurais da Campanha não exploradas diretamente pelo proprietário, chegando a representar cerca de um quinto das propriedades em municípios como Uruguaiana, São Borja, Rio Grande, Quaraí e Santana do Livramento.

É interessante notar, dentro da percepção da época, quais as soluções apontadas para amenizar ou sair da crise. Enquanto os fazendeiros, de uma maneira geral, culpavam a política econômica do governo estadual, que se negava a dar créditos e fazia recair sobre os pecuaristas o que eles consideravam uma alta carga tributária, o governo apontou, ao longo do período, para quatro alternativas: a melhoria do transporte; a modernização; a organização dos criadores em sindicatos e órgãos que os defendessem; e a introdução dos frigoríficos. Destes quatro pontos, entendia o governo que apenas no primeiro seu papel era essencial. Quanto aos dois seguintes,

... São Luís Gonzaga, Passo Fundo, Erechim, São Sebastião do Caf, Encantado e Lagoa Vermelha (BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio, 1923, v.3, p. 415-17).

dizia-se dependente mais da ação da iniciativa privada que da sua: eram os próprios criadores que deveriam procurar melhorar a qualidade do gado, com a compra de novas matrizes, fazendo cruzamentos adequados e introduzindo outras melhorias em suas propriedades, como banheiros carrapaticidas. A todas elas a resposta mais comum dos criadores era que, para efetivá-las, precisava-se de dinheiro — mas o governo, inclusive por orientação ideológica, negava-se a dar. Durante toda a República Velha foi o positivismo a ideologia oficial do PRR — Partido Republicano Rio-Grandense, e aos pedidos de crédito ou subsídio os governantes alegavam o preceito de Comte que dizia dever o governo ser neutro diante dos diversos grupos ou facções, não lhe cabendo beneficiar um deles em particular. Este é um dos fatos que vem corroborar a tese de que, embora dentro do PRR houvesse pecuaristas e charqueadores (inclusive devido à cooptação e por o governo frequentemente alimentar a disputa entre os chefes locais), ele não era, em geral, um partido que os defendia dentro do ponto de vista dos produtores, realizando medidas reclamadas por eles. Ao contrário, como bem demonstram os Anais da Assembléia de Representantes no decorrer da Primeira República, as medidas de defesa da pecuária eram, em quase todas as vezes, de iniciativa dos opositores — que, de resto, conscientemente admitiam laços com a economia pecuário-charqueadora⁽⁹⁾.

A introdução de frigoríficos, que viria trazer uma nova opção para aproveitamento da principal matéria-prima local, a carne, foi dos poucos pontos em que houve plena concordância entre governo e oposição. A "indústria do frio", em pleno desenvolvimento na época, já tinha expressão nos países platinos e era entendida como a saída por excelência para a pecuária, que tinha ainda no salgamento da carne a forma de obter um produto que

pudesse ser transportado por grandes distâncias. Neste momento todos pareciam concordar que, com a instalação dos frigoríficos, o contrabando seria sensivelmente diminuído, o que interessava diretamente ao governo, abrindo reais possibilidades para enfrentar a concorrência uruguaia e argentina — pois os fazendeiros também seriam beneficiados com a valorização dos rebanhos, o que lhes permitiria maior capitalização e introdução de melhorias nas fazendas.

Desde o início do século o governo procurou atrair empresas estrangeiras, embora as negociações não fossem frutíferas, dadas as garantias e benefícios que elas exigiam para a instalação. Já em 1903 foi feito um contrato com a *Brazilian Cold Storage & Development Limited*, que deveria estabelecer um frigorífico no estado; em troca dava o governo uma série de privilégios, entre os quais redução e isenção de impostos. Mesmo assim não houve interesse da companhia, que mais tarde rompeu o contrato. Em 1912 isentou pelo prazo de 30 anos o imposto de indústrias e profissões para o gado abatido e a exportação de carga congelada ou refrigerada para qualquer frigorífico que se estabelecesse no Rio Grande do Sul. Localmente, os fazendeiros tentavam criar um frigorífico — o Frigorífico Rio-Grandense — mas a tentativa se via prejudicada, principalmente por falta de capitais. Somente em 1917, animados pela elevação dos preços dos alimentos com a Guerra, estabeleceram-se os primeiros frigoríficos no estado, todos norte-americanos: *Armour* e *Wilson*, em Santana do Livramento, e *Swift*, em Rio Grande. Ainda em 1917 inaugurou-se o Frigorífico Rio-Grandense, em Pelotas, com capitais locais — mas, sem condições de concorrência, foi vendido em 1921 à empresa inglesa *Westey Brothers*, passando a chamar-se Frigorífico Anglo⁽¹⁰⁾.

(9) Veja, neste sentido: FONSECA, Pedro Cezar Dutra (1983, cap. 4 e 5).

(10) Todos os dados sobre os frigoríficos foram extraídos de: PESAVENTO, Sandra Jatahy (1980, cap. 2).

Já no começo dos anos 20 começavam a cair por terra os sonhos dos fazendeiros locais: iniciava a crítica às duas empresas estrangeiras que, aproveitando a situação privilegiada de monopólio, agiam conjuntamente com o fito de baratear o preço do gado no período de vendagem. Mais uma vez a economia pecuária iria enfrentar uma crise, embora, desta vez, com uma especificidade: mesmo que a carne beneficiada alcançasse bom preço no mercado, este não corresponderia a um preço mais alto do quilo do gado em pé vendido pelo produtor.

Assim, durante a Primeira República, o Rio Grande deixa de ser o que fora no Império: uma região cuja economia era praticamente caracterizada pelo exclusivismo pecuário. A economia local pôde, com êxito, enfrentar esta transição, pois ao mesmo tempo que a crise desse setor se aprofundava, tomava vulto a consolidação de uma nova economia agrícola.

2. A Reorientação da Economia Estadual: A Policultura

Em Relatório apresentado ao Presidente do Estado, em 1909, Álvaro Batista, secretário da fazenda, fazia um diagnóstico da economia gaúcha. Alguns trechos deste Relatório merecem ser reproduzidos pela extrema clareza com que aborda assuntos cruciais da economia local, e por permitir que se tenha uma idéia da percepção que os homens da época, especialmente do governo, possuíam dos principais problemas econômicos estaduais:

“A nossa indústria mais rendosa, a que produz mais para o Estado e para os particulares, é a do charque; mas é certo que é uma indústria transitória. O charque ainda não transpôs os limites das repúblicas platinas e do Brasil, senão para ir a Cuba. É, portanto, uma indústria que tende a desaparecer; e, como a nossa principal riqueza consiste na criação de gado, o futuro econô-

mico do Rio Grande do Sul está ameaçado, e desde já cumpre-nos resolver o problema do emprego do nosso gado”(11).

Dito isto, Álvaro Batista aponta uma solução que será, ao mesmo tempo, um plano de governo e por várias vezes será repetida nos relatórios:

“A solução deve ser preparada desde já, mas não poderá ser momentânea, deve ser obtida por um conjunto de medidas, a desdobrarem-se lentamente, durante alguns anos.

“É primacial o cultivo de certas plantas, inseparáveis da alimentação humana e que, por esta razão, tornam alguns estados tributários de outros”(12).

Enumerando as diversas vantagens da policultura, dizendo ser esta a saída para a crise da economia pecuária, Álvaro Batista argumenta contra a idéia largamente difundida, especialmente pela oposição, que a pecuária é a “vocação natural” do Rio Grande:

“Ninguém compeliu ou guiou os agricultores riograndenses, para que não se dedicassem à exportação dessas e não outras plantas. Provavelmente, a necessidade e a conveniência foram as forças que determinaram essa preferência, a qual demonstra o estado quase embrionário da nossa lavoura”(13).

Neste sentido também se pronunciava o então deputado João Neves da Fontoura na Assembléia dos Representantes em 1924:

(11) RIO GRANDE DO SUL. (1909, p. 66).

(12) RIO GRANDE DO SUL. (1909, p. 71-74).

(13) RIO GRANDE DO SUL. (1909, p. 74).

“Esse é o problema primário para a economia do Rio Grande, ao qual se alia a necessidade de dotar o nosso Estado os benefícios da polycultura, de que já vamos felizmente gosando porque, a não ser aquelas culturas absolutamente inadaptáveis às nossas condições climáticas, uma tentativa audaciosa e constante dos nossos homens de trabalho tem feito com que apareçam à flor do nosso solo as culturas estranhas e mais diversas, a ponto de que o Rio Grande do Sul, embora saliente a indústria do xarque com a primeira fonte de riqueza econômica, já pôde dizer o que não pôde dizer S. Paulo, que talvez dispensasse essa fonte principal, porque nos recursos de uma opulenta polycultura já encontra com que manter a actividade dos negocios e as exigencias de sua vida coletiva” (14).

Estas citações, portanto, deixam claro: a consciência de que a crise das charqueadas não se deve a determinada conjuntura desfavorável, pois é da própria atividade que, em si, deve ao longo do tempo ser substituída; o governo deve ter presente que a policultura será a saída para a economia gaúcha; *não é a industrialização, mas uma diversificação dentro do setor primário que se apresenta como solução, haja vista que esta, mesmo sem indução do governo, é a que vem sendo apontada pela iniciativa privada.*

Pode-se afirmar, inicialmente, que no Rio Grande do Sul sempre houve produção agrícola, de subsistência, que teve lugar juntamente com a criação de gado. No início do século 19 houve, inclusive com destaque, a produção do trigo, principalmente nos municípios próximos à Lagoa dos Patos, então cultivado por açorianos e paulistas, tendo como destinos principais Rio de Janeiro e Portugal. A abertura dos portos, em 1808, possibilitou a entrada do trigo norte-americano em condições

mais vantajosas, ao mesmo tempo que outros fatores adversos prejudicariam a lavoura, levando praticamente à sua extinção: deficiências técnicas, requisição do trigo por parte das autoridades para alimentar tropas, não pagando qualquer indenização, a falta de meios para combater pragas, baixa rentabilidade, que não assegurava lucro suficiente para ao mesmo tempo expandir a área cultivada e comprar escravos etc. .

Ao longo do período imperial teve nascimento uma *nova* economia agrícola — e é desta que trata o relatório, e será ela a responsável por grande parte do crescimento da economia gaúcha na Primeira República. É a agricultura colonial, que floresceu na região serrana do Rio Grande do Sul, no centro-nordeste, e que se prolongou posteriormente por todo o Planalto, nas atuais regiões do Planalto Médio, Alto Uruguai e norte das Missões. A região serrana foi colonizada por imigrantes alemães e italianos, que desde o início se dedicaram à agricultura utilizando essencialmente a mão-de-obra familiar.

Em vários aspectos essa nova economia diferia da que teve desenvolvimento na Campanha. Enquanto os alemães chegados em 1824 receberam de 48 a 77ha, cerca de 24ha receberam os italianos, cujo fluxo imigratório tomou vulto a partir de 1875(15). Na Campanha, em contraste, a unidade de medida era a légua de Sesmaria (43 km²), e as primeiras concessões de terra foram, em média, de 129 Km² cada uma. Em 1803, segundo Joseph Love, *“havia somente cerca de 500 proprietários no Rio Grande do Sul, não obstante a maior parte da Campanha estar teoricamente ocupada”*(16). Além de diferentes tamanhos de propriedade e de novas relações de produção, a economia serrana, ao contrário da Campanha, não era baseada

(14) ANNAES DA ASSEMBLEA... (1925, p. 182).

(15) PESAVENTO, Sandra Jatahy. (1977, p. 28).

(16) LOVE, Joseph. (1975, p. 11).

em apenas um produto (ou vários subprodutos da criação bovina) para exportação. Visava-se, em primeiro lugar, abastecer o mercado local, e a policultura garantia certa margem de segurança aos produtores quanto à flutuação de preços. Com o incremento da produção, vários artigos passaram a ser exportados, tendo agora Porto Alegre como o porto que seria de escoadouro para a produção. Há, pois, um deslocamento do eixo principal da economia gaúcha, da zona sul para o "norte" do estado. Assim, durante a República Velha são criados 20 novos municípios no Rio Grande do Sul, mas nenhum deles na Campanha(17). Evolução semelhante é encontrada ao se constatar que a distribuição da população também se alterou, em benefício do "norte", durante o período — o que pode ser facilmente explicado pelo pequeno contingente de imigrantes alemães e italianos que se fixaram nos municípios da fronteira (e também pela própria característica da atividade pecuária, que exigia pouca mão-de-obra e gerava, relativamente, poucos empregos indiretos no meio urbano).

Entre os produtos mais significativos em crescimento durante a Primeira República está o arroz. A produção iniciou na zona colonial onde, em 1875, já havia 16 engenhos. Na década de 1890, colonos alemães iniciaram a técnica de irrigação nos municípios de Taquara e Santa Cruz. Por volta do início do século, a produção deslocou-se para os municípios banhados pela Lagoa dos Patos, inclusive indo até Pelotas — na região tradicional das charqueadas. O incremento da lavoura orizícola contou com protecionismo: em 1900 o mercado nacional foi assegurado para o arroz gaúcho e, em 1906, nova lei estendeu a proteção, permitindo, com maior capitalização, intensificar a modernização das lavouras(18). As exportações cresceram em

altas taxas: de cerca de 200t exportadas em 1907, foram exportadas 3.123t em 1909 e mais de 17.000 em 1913. Quanto à participação no valor das exportações, esteve nos anos 20 em cerca de 10%(19). É de notar que enquanto em 1927 o charque contribuía com 17,7% do total do valor das exportações gaúchas e os couros com apenas 6,8%, o arroz atingia 13%(20). Assim, além de abastecer o mercado estadual, que na maioria dos anos absorvia mais da metade da produção, o arroz era levado aos principais centros consumidores do país e, ainda, aos países platinos.

Quanto aos demais produtos, destacam-se o feijão, o fumo, a erva-mate e o milho.

O feijão foi, ao longo do período, capaz de abastecer o mercado estadual, tendo apresentado dois "surtos" no que tange às exportações: um no início da República Velha e outro ao aproximar-se seu final. Entre 1889 e 1895 a produção foi triplicada e chegou a participar com 10% do valor das exportações(21). O fumo manteve uma produção crescente ao longo do período, e sua participação no valor das exportações foi estável, estando por volta de 5%, tendo seu melhor período por volta da Primeira Guerra Mundial, prolongando-se pela década de 20(22). A erva-mate, embora sofresse a concorrência paranaense, também teve grande expansão na República Velha, sendo, em regra, suficiente para abastecer o mercado local. Sua participação no valor das exportações chegou a 4% no período anterior à Primeira Guerra(23). O milho, embora não se dis-

(17) FONSECA, Pedro C. Dutra (1983, p. 68).

(18) FRAQUELLI, Jane Aita. In: ANTONACCII, Maria Antonieta et alii (1979, p. 331).

(19) Veja tabela 3, no Anexo.

(20) Veja tabela 1, no Anexo.

(21) ANNAES DA ASSEMBLEA... (1890-98, passim).

(22) FONSECA, Pedro Cezar Dutra (1980, p. 137).

(23) FONSECA, Pedro Cezar Dutra (1980, p. 137).

tinguisse na pauta de exportações, teve grande desenvolvimento ao longo do período: sua produção era destinada essencialmente ao mercado estadual, associada que estava à criação suína. Esta se desenvolveu também na zona colonial, pelo que a produção de banha aparece lado a lado com a policultura entre as principais fontes de riqueza da região.

Além desses, aparecem vários produtos agrícolas que, via de regra, abasteciam o mercado local e, dependendo da conjuntura, tinham parte da produção exportada. Como se tratava de uma economia diversificada, a porcentagem de cada um deles no valor das exportações era pequena — às vezes, ganhando destaque em um ou outro ano, mas isoladamente respondendo por até 5% do valor das exportações. É o caso do trigo, de uvas, lentilhas, cebola (produção concentrada nos municípios litorâneos), batata-inglesa, mandioca, alfafa, frutas e até cana-de-açúcar. É neste momento que o Rio Grande do Sul fica conhecido como “celeiro do Brasil”; analisando a diversificação de sua economia, Castro afirmou que foi o “único caso bem-sucedido de desenvolvimento voltado para dentro”(24).

O Censo de 1920 reflete esta *reorientação* da economia gaúcha, que deixa de ser exclusivamente pecuária, como fora no Império: o Rio Grande do Sul aparece como o primeiro produtor de batata-inglesa (42,9% da produção brasileira), de mel (52,9%) e de trigo (86,2%). É o segundo produtor de fumo (19,7%) e mandioca (17,2%). O terceiro em arroz (13,6%), feijão (16,7%), mate (10%) e milho (23%)(25). Este novo perfil da economia estadual, ao contrário do que sugere Álvaro Batista em seu Relatório, não foi fruto apenas de decisões dos produtores, guiados pelo que lhes sugeria o mercado em

cada conjuntura, mas também consequência do estímulo da política econômica estadual. Mas antes de analisá-la com maiores detalhes, cabe comentar a industrialização, a fim de que se tenha um panorama mais completo da estrutura da economia gaúcha no período.

3. O Crescimento Industrial

Outro aspecto importante que marca o período da Primeira República no Rio Grande do Sul é a expansão da indústria. Sem querer entrar na discussão, tão a gosto de parte da literatura, se se tratou de “surto industrializante”, “seqüência descontínua de surtos industrializantes” ou “processo de industrialização”, pode-se dizer que a indústria no estado, durante este período, ganhou um impulso bastante expressivo, principalmente naqueles ramos de mais fácil industrialização, como têxtil (tecidos, capas, cobertores, chapéus), alimentos (banha, vinho, cerveja, farinhas), velas etc.

Um dos problemas com que se defronta ao estudar a industrialização do período é a precariedade dos dados e a existência de ainda poucos estudos especializados sobre o tema — ao contrário da pecuária e a agricultura, já bastante mais pesquisados. Entre os aspectos que vêm sendo discutidos, a participação relativa da indústria gaúcha dentro do contexto nacional é dos mais polêmicos(26). O “Censo” de 1907 registrou que, em valor da produção, a indústria gaúcha representava naquele ano 14,9% do total nacional, ao passo que a paulista contribuía com 16,5%. Estas porcentagens, segundo o Censo de 1920, seriam alteradas, respectivamente, para 11,83% e 32,99%. Estes dados, até aqui, apenas indicariam o ób-

(24) CASTRO, Antonio Barros de (1971, p. 121).

(25) FONSECA, Pedro C. Dutra (1983, p. 121).

(26) Veja, neste sentido: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1983, t. 1, cap. 2); CARRION JR., Francisco M., In: RIBEIRO, Carlos R. Mendes, et alii (1983, *passim*); e BANDEIRA, Pedro S. (1984, p. 137-49).

vio, que é a concentração industrial brasileira no Estado de São Paulo. Quanto às porcentagens da participação gaúcha, especialmente ao se levantar dados posteriores a 1930, nota-se uma queda da participação relativa, queda esta acentuada ao se ter por base os números levantados para a República Velha. Em ensaio recente, Pedro S. Bandeira constata que embora realmente haja esta perda de participação da indústria gaúcha, ela não pode ser superestimada. Via de regra os autores que a enfatizam, dão destaque especial aos dados obtidos em 1907 — mas estes, por várias razões, não são confiáveis. Em primeiro lugar por não se tratar de *censo* mas de “um levantamento efetuado, por via postal, por uma instituição particular, o Centro Industrial do Brasil, sem que houvesse — como nos censos posteriores, realizados com o respaldo governamental — a obrigatoriedade legal de responder aos questionários”⁽²⁷⁾. Desta forma, o “censo” subestima a produção dos vários estados e, o que é mais grave, subestima *desigualmente*, pois em alguns, como São Paulo, as respostas ao levantamento foram muito mais escassas que em outros, como o Rio de Janeiro, e, pelo que tudo indica, o Rio Grande do Sul. Neste, embora os municípios mais representativos em termos de indústria terem respondido (o que, segundo W. Dean, não aconteceu em São Paulo), apenas 25 dos 71 municípios gaúchos enviaram resposta⁽²⁸⁾. Assim, sendo qual for o sentido do viés, fica clara a impropriedade de, com base no levantamento do Centro Industrial do Brasil, tirar-se determinadas conclusões a respeito da indústria brasileira em 1907, especialmente quanto à posição relativa dos estados segundo o valor da produção.

Mais importante que discutir a posição relativa do Rio Grande do Sul frente a São Paulo e Rio de Janeiro é estudar quais ramos da indústria são mais signifi-

cativos ou têm maior expansão durante a República Velha. E, neste sentido, não resta dúvida que o perfil da indústria gaúcha aparece com nítida desvantagem. Entre as indústrias locais mais destacadas estão, segundo o levantamento do Centro Industrial e o Censo de 1920, as charqueadas e a da banha, de baixo valor agregado e pouco dinamismo — sendo a primeira até discutível ser classificada como “indústria” já que era mero salgamento de carne, inclusive tendo feito a transição do trabalho escravo para o assalariado sem qualquer mudança significativa de técnica. Com base na relação das 100 maiores indústrias brasileiras, segundo o levantamento de 1907, apresentada por W. Dean, constata-se que 26 delas estão no Rio de Janeiro, outras 25 no Rio Grande do Sul e apenas 14 em São Paulo. Isto não deixa de ser surpreendente, se não se soubesse da precariedade do “censo” e se ele mesmo não trouxesse outros elementos que, *sem o intuito de fazer comparações interestaduais*, ajudam a salientar, embora precariamente, alguns aspectos da indústria gaúcha⁽²⁹⁾. De 26 indústrias gaúchas entre as 100 maiores em valor da produção, 16 delas são de carne seca, 3 de banha e 3 de tecidos, além de 1 fundição e 1 indústria de vinho, 1 de chapéus e 1 de moagem. Enquanto nas 100 maiores 52 têm capital acima de 1.000.000 mil-réis, apenas 4 gaúchas têm capital superior a este montante: duas de tecidos, uma de banha e a fundição. Enquanto na relação aparecem 18 empresas com mais de 1.000 trabalhadores e 37 com mais de 500, apenas 3 empresas gaúchas têm 500 ou mais trabalhadores. As indústrias gaúchas são, ainda, destacadamente, as que registram menor quantidade de cavalos/vapor. Isto significa que, se outras variáveis tivessem sido incorporadas para traçar o perfil da indústria gaúcha, o resultado da comparação, quase que certamente, seria outro. Embora as deficiências do “censo” de 1907 e aqui se estar traba-

(27) BANDEIRA, Pedro S. (1984, p. 138).

(28) DEAN, Warren (1975, p. 258)

(29) DEAN, Warren (1975, p. 260-62). Ver tabela 6, no Anexo.

lhando apenas com as 100 maiores empresas, os dados apontam para esta direção.

Tais números, entretanto, de forma alguma podem ser interpretados no sentido de diminuir a importância do crescimento industrial do período. Segundo o Relatório da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul de 1919, em 1905 havia 314 fábricas no estado, número que se eleva para 2.187 em 1915 e a 12.950 em 1919. Quanto ao número de operários, havia 15.426 em 1908, 38.488 em 1916 e 65.000 em 1919⁽³⁰⁾. Mesmo que, mais uma vez, o problema dos dados possa ser levantado, outros indicadores devem ser acrescentados para evidenciar essa tendência. Entre eles mencionam-se os números relativos à exportação, bem mais confiáveis, que também mostram altas taxas de crescimento tanto em valor como em quantidades durante a República Velha, especialmente entre 1910 e 1930. Na indústria têxtil, por exemplo, isto fica evidente: olhando-se o lado das quantidades exportadas, o que evita o cálculo sempre polêmico do deflacionamento, nota-se que apenas no período entre 1921 e 1928 dobrou a quantidade, em kg, de cobertores exportados, o mesmo acontecendo com os tecidos. Aparecem, ainda, com destaque, as exportações de brins, capas e chapéus.

Consultando-se os relatórios oficiais (Secretarias da Fazenda e do Interior e Exterior) da última década da Primeira República, observa-se que, quanto ao número de fábricas, as indústrias mais destacadas são a de bebidas, a de calçados e a de conservas. Quanto ao capital, a ordem é quase sempre a mesma: em primeiro destacadamente a de tecidos, seguida pela de bebidas, conservas, fumo e calçados. Quanto ao valor de produção e número de operários também são elas as mais significativas. No ramo alimentar as indústrias da banha e das farinhas (de trigo e de mandioca) ocupam lugar de destaque.

(30) RIO GRANDE DO SUL. (1919, p. 17)

Quanto à banha, nota-se a importância da criação suína nas pequenas propriedades dos imigrantes. Foi no ano de 1866 que o Rio Grande do Sul pela primeira vez exportou banha, num total de 13 toneladas⁽³¹⁾. Nesta época, entretanto, a produção para consumo local já era significativa. A partir daí tanto a produção como as exportações ganharam constantes impulsos: somente nos 7 primeiros anos de regime republicano a produção, em quantidades, quase quadruplicou⁽³²⁾. Em 1890, em valor, as exportações perfaziam 11,5% — o terceiro lugar, após o charque (com 30,3%) e os couros (com 24,4%). Durante toda a década sua participação relativa ficou em torno desse percentual — chegando a 16% nos anos 1895-96. Tanto pelo lado das quantidades como pelo do valor das exportações nota-se o crescimento — o que contrastava com a economia pecuário-charqueadora. Das 13t exportadas em 1866, chega-se a 100t em 1873, a 2.776t em 1890 e a 4.983t em 1894. Em 1908 exportaram-se 10.266t; em 1920, 25.176t; em 1923, 34.410t e em 1927, 48.124t⁽³³⁾. Quanto à participação no valor das exportações, chega a cerca de 20% em 1927, tornando-se o primeiro produto estadual, já que o charque perfez, naquele ano, 17,7%, e couros 6,8%⁽³⁴⁾. Estes dados de exportação, não obstante significativos, não devem ser mencionados sem que se esteja sempre alerta para a produção destinada ao mercado estadual: até ao final da Primeira Guerra o consumo gaúcho era superior às exportações. A primeira vez que isto se inverteu foi em 1919, a partir daí mantendo-se as quantidades exportadas superiores.

Quanto à farinha de mandioca, pode-se dizer que fora, durante o Império, o prin-

(31) DOCCA, E. F. de Souza. (1954, p. 114).

(32) Veja tabela 4, no Anexo.

(33) ANNAES DA ASSEMBLEA. . (1928, p. 899).

(34) Veja tabela 1, no Anexo.

cipal produto de exportação desvinculado da pecuária. A exemplo da banha, das quantidades produzidas a maior parte destinava-se ao consumo estadual. Sendo simples resultado do beneficiamento da matéria-prima, de fácil produção por meio de técnicas rudimentares, a farinha de mandioca era largamente produzida e consumida em todo o território brasileiro. Durante a Primeira República, sua exportação pelo Rio Grande do Sul, embora tendesse a se manter em quantidades, decresce quanto à participação no valor das exportações: de 6,5% em 1890, ficará em torno de 2-3% ao longo do período. Embora com participação pequena, foi dos poucos produtos ("industriais") que sempre se manteve na pauta de exportações nos 40 anos analisados. Sua produção esteve concentrada na região colonial e próxima a Porto Alegre (São Leopoldo, Montenegro, Gravataí, Taquara) e, pelo Censo de 1920, o Rio Grande do Sul era o segundo produtor brasileiro, participando com 13,8% da produção nacional (o primeiro era a Bahia).

Entre as bebidas, o vinho era a de maior importância econômica, seguido da cerveja. O Censo de 1920 dá, ainda, ao Rio Grande do Sul o primeiro lugar na produção nacional de aguardentes ("excluídas as de cana"), em que colabora com cerca de um quarto da produção nacional. O mesmo Censo dá ao estado o primeiro lugar na produção nacional de vinho, no que contribua, naquela ocasião, com 91,4% da produção brasileira.

A produção vinícola gaúcha data do período colonial, quando era de fabricação caseira e para uso doméstico⁽³⁵⁾. Viajantes estrangeiros, como Saint-Hilaire e Nicolau Dreys, registraram, em seus relatos, a produção de vinho nos arredores de Porto Alegre. Foi com a imigração alemã que o vinho passou a ser produzido em maior escala — inicialmente para consumo

próprio e depois para exportação, tendo como mercado os imigrantes de outros pontos do País, principalmente São Paulo. Com a vinda de imigrantes italianos, a produção gaúcha foi ainda mais acelerada ao final do Império.

Até 1900, aproximadamente, a exportação de vinho era desprezível. A partir daí começou a ganhar impulso, vindo a se constituir, no final da República Velha, em um produto de relativo destaque na pauta de exportações, haja vista ter ocupado o 4.º lugar no valor delas em 1919. Em 1920 a exportação era de 2.987t; esta mantém taxas de crescimento significativas ao longo da década de 20, tendo alcançado 22.567t em 1929⁽³⁶⁾.

A indústria da cerveja está associada à imigração alemã, tendo inicialmente sua produção disseminada por toda a zona colonial, onde era elaborada artesanalmente. Nas últimas décadas do século 19 encontram-se fábricas de cervejas em quase todos os municípios gaúchos, inclusive nos da fronteira, apesar de ser a zona colonial onde elas estão mais concentradas⁽³⁷⁾. A produção era quase que totalmente destinada ao consumo local, embora, a partir de 1900, apareça também nas exportações. Somente entre 1900 e 1905 estas são multiplicadas por 11 (42.581 litros exportados no primeiro ano para 466.032 litros no último). Esta expansão se deu concomitantemente com a concentração industrial. Apenas em Porto Alegre, das 13 cervejarias que havia no início do século restavam em 1915 somente seis⁽³⁸⁾. Processo semelhante ocorre no interior do estado, marcado por compras das pequenas fábricas pelas maiores, assim como fusões e falências. Como consequência, mostrando a culminância deste pro-

(35) PESAVENTO, Sandra Jatahy. (1983, p. 25).

(36) Veja tabela 5, no Anexo.

(37) Ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy (1983, cap. 4, p. 125-52).

(38) PESAVENTO, Sandra Jatahy (1983, p. 135).

cesso, afirmou Pesavento: “A partir daí, no decorrer das décadas de 20 e 30, a história da cerveja no Rio Grande do Sul praticamente se confunde com a Cervejaria Continental”⁽³⁹⁾. Esta fora criada em 1924 com a fusão das três maiores cervejarias de Porto Alegre: Ritter, Bopp e Sassen.

Feito este rápido panorama de industrialização rio-grandense, fica evidenciado ter ela ocorrido, inclusive com alguma profundidade, durante a República Velha — num processo que, em termos históricos, não pode ser negligenciado. Do mesmo modo que no resto do Brasil e especialmente em São Paulo houve a proliferação de empreendimentos industriais na década que seguiu a Proclamação da República. Também a Primeira Guerra Mundial colaborou, pelo que consta, para o crescimento industrial do estado, sendo apresentadas como principais causas disto as dificuldades do comércio internacional, que atuavam como barreira protecionista, juntamente com a política de desvalorização do mil-réis. O aumento do valor da produção, para o índice 100 em 1912, iria, no Brasil, para 161, em 1916, e 314, em 1918. No Rio Grande do Sul, para o mesmo índice no ano-base, iria para 192, em 1915, e para 300, em 1919⁽⁴⁰⁾. Cabe assinalar, ainda, a criação de indústrias já mais sofisticadas ao longo da República Velha, como química, fundições, ferro e aço e máquinas e reparações⁽⁴¹⁾.

Como conseqüência, ao se aproximarem os anos 30 a economia apresentava-se com diferenças significativas da do final do Império. Em vez de especializada na pecuária, como fora, possuía agora uma

sólida agricultura diversificada que, tanto espacial como estruturalmente, associava-se à industrialização: foi em Porto Alegre e na região colonial (Caxias, Novo Hamburgo, Bento Gonçalves, São Leopoldo) que tanto a policultura como a indústria se expandiram. A isto correspondeu uma mudança do peso relativo de cada região do estado, a qual, desde logo, iria se refletir no plano político. Há a entrada em cena de novas classes e segmentos sociais (burguesia industrial, operariado, colonos, “camadas médias urbanas”, comerciantes e exportadores/importadores), ao mesmo tempo em que se acelera a urbanização tendo a concentração populacional se deslocado do “sul” para o “norte” do Rio Grande, e já apontando na direção da cidade frente ao campo. Este conjunto de transformações, que apontam no sentido de um crescimento *capitalista*, teve um dos pilares de seu desenvolvimento na política econômica do governo estadual.

4. A Política Econômica Estadual

Embora se possa discutir a margem de ação dos governos estaduais para levar adiante uma política econômica voltada aos seus interesses (ou de suas classes dominantes locais), não resta dúvida que para eles coube determinado espaço na Primeira República, dados o extremo federalismo e a forma de dominação política (assentada, por assim dizer, na autonomia das oligarquias estaduais, fórmula consagrada, desde Campos Sales, na “política dos governadores”). Não obstante ser uma autonomia que conhecia limites, já que o Governo Federal concentrava em suas mãos determinados instrumentos que lhe eram exclusivos (principalmente monetários e cambiais), ao mesmo tempo que, no plano político, o federalismo associava-se ao presidencialismo — assegurando às principais oligarquias estaduais o poder, em última instância, no País. Acrescenta-se a isto o fato de, entre 1889 e 1930, ter havido gradualmente uma diminuição da esfera de atuação dos estados em favor do Governo Federal, o que se deu por mu-

(39) PESAVENTO, Sandra Jatahy. (1983, p. 139).

(40) LAGEMANN, Eugênio (1978, p. 27).

(41) LAGEMANN, Eugênio (1978, p. 41); veja, ainda, quanto à indústria metalúrgica: PESAVENTO, Sandra Jatahy (1983, p. 157-98).

danças constitucionais com fito centralizador.

Entre os aspectos mais controvertidos da política econômica do governo rio-grandense (e o que certamente gerou mais descontentamento entre a oposição "federalista", "liberal" ou "libertadora") estava a tributação: resguardado à União o direito de cobrar impostos de importação, aos estados era facultada ampla liberdade tributária, que simbolizava, por assim dizer, a concepção de autonomia estadual que se tinha na época. Enquanto nos demais estados o imposto de exportação passou a ser por excelência a fonte de receita (o que foi praticamente uma imposição da bancada paulista na constituinte republicana), no Rio Grande do Sul o governo, inspirado na doutrina positivista, defendia a primazia dos impostos diretos sobre os indiretos, o que se consubstanciou na decisão de extinguir gradualmente o imposto de exportação, que deveria ser substituído pelo imposto territorial. Tal proposta, consagrada pela Constituição Estadual, contrariava os interesses dos fazendeiros da Campanha, parcialmente aliados do poder político desde a Proclamação da República. Mesmo fazendo forte oposição ao governo, cuja ação vem à tona principalmente através de duas guerras civis, em 1893 e 1923, os oposicionistas não conseguiram reverter a decisão governamental. O intuito de diversificar a economia estadual, já presente no relatório de Álvaro Baptista *loco citato*, defendido largamente pelo Partido Republicano Rio-grandense, não representava, em si, uma postura antipecuarista; significava, entretanto, o fim do *exclusivismo pecuário* — este, no entender da oposição, o caminho que o Rio Grande do Sul deveria seguir no campo econômico, com base nas "vantagens comparativas". Ou, como disse um de seus mais destacados membros: "*O que é urgente e patriótico para o Rio Grande do Sul é o Governo procurar fazer a defesa do boi, a exemplo do que São Paulo fez com o café, porque, assim como este está para a riqueza pública de São Paulo, assim*

também está o boi para o Rio Grande do Sul"(42).

Evidentemente o imposto territorial iria recair preferencialmente sobre os fazendeiros. Ainda mais quando em sua regulamentação decidiu o governo que incidisse, para efeito de cálculo, sobre o valor venal dos imóveis — exatamente o critério mais criticado pelos fazendeiros (e oposicionistas). Os campos da Campanha eram os mais valorizados do Rio Grande, não só pela qualidade da terra e das pastagens, como pela infra-estrutura — já que era uma região de mais antigo povoamento. Recaindo, ainda, o imposto sobre o valor venal das propriedades rurais, conseguia o governo diminuir a evasão decorrente do contrabando (já que, ao contrário do gado, estas não poderiam ser transportadas pela fronteira. . .).

Tanto pelo lado das receitas como das despesas do governo a economia pecuária sentia-se prejudicada. O governo alegava outro preceito positivista, o da neutralidade do poder público frente a interesses particulares, para realizar seu "plano" diversificador: se pelo lado das receitas o debate centrava-se na questão do imposto territorial, pelo lado das despesas aparecem as questões dos transportes, do intervencionismo e da concessão de créditos. Negando a concessão de crédito para solucionar e/ou amenizar a crise do setor (seria dar benefícios exclusivos a um setor, já que não se pode subsidiar a todos ao mesmo tempo) o governo se propunha a ajudar os fazendeiros na área da infra-estrutura, especialmente nos transportes. Entretanto, não resta dúvida que foi exatamente na área dos transportes que o governo pareceu mais disposto a levar à prática sua política de "neutralidade": mais carentes de estradas e de comunicação (como telégrafos), foram as regiões da Serra e do Planalto as áreas prioritárias do

(42) Trata-se do deputado oposicionista Demétrio Xavier. (ANNAES DA ASSEMBLEA... 1926, p. 552).

governo — política, aliás, conscientemente admitida por seus membros⁽⁴³⁾.

A questão da infra-estrutura liga-se à do intervencionismo. Era ponto ideológico positivista a defesa da intervenção do Estado da economia, diferenciando o Rio Grande do Sul das elites dominantes em outros pontos do País, estas muito mais próximas do liberalismo econômico. Ainda que se possa argumentar que mesmo a nível nacional o Estado não tenha desempenhado uma postura passiva ao longo da República Velha, como bem demonstram, por exemplo, as políticas de valorização do café, no início levadas a efeito pelos estados cafeicultores e, depois pelo Governo Federal, nota-se que, no caso gaúcho, não só a intervenção foi mais profunda como aceita e defendida como norma doutrinária: esta era encarada como “dever do Estado” (ao contrário dos liberais que, mesmo quando se tratava de uma medida intervencionista que julgavam economicamente aceitável ou desejável, defendiam-na como “exceção”).

A política de intervenção do governo tomou o nome, por ele dado, de “socialização dos serviços públicos”, e foi na área de infra-estrutura onde teve mais destaque. Assim, em 1912 o Estado tomou a si a responsabilidade do porto de Porto Alegre e, mais tarde, de Pelotas, Torres e Rio Grande. Em 1919 comprou de uma empresa particular a estrada de ferro que ligava Porto Alegre a Uruguaiana. A encampação do porto de Rio Grande foi entre todas as medidas de “socialização”, a mais polêmica: a oposição criticava a alta soma despendida, ao mesmo tempo que promovia uma campanha com o intuito de demonstrar ser a política governista contrária à propriedade privada — campanha esta, obviamente, desprovida de fundamento, mas com forte apelo entre os fazendeiros, já prejudicados com o imposto territorial e com a ausência de

créditos. Se não se tinha dinheiro para isto, como havia para as encampações? ou, por que não incentivar a iniciativa privada a realizar alguns destes serviços e diminuir os impostos?

O positivismo, embora tendo aparecido no contexto europeu do início do século 19, casava-se perfeitamente com certos interesses materiais e políticos da classe dirigente gaúcha. Como toda ideologia que se preze, possuía maleabilidade suficiente para levar à prática seus princípios mais gerais: às questões acima, respondia o governo que de forma alguma o intervencionismo contrariava os interesses da iniciativa privada, mas a incentivava; e que a “socialização” só haveria em lugares onde ela não demonstrara interesse e, assim mesmo, quando houvesse “necessidade social”. Esta última, freqüentemente repetida, significava que a intervenção deveria não se contrapor ao princípio da neutralidade, ou seja, só quando a “sociedade”, em seu conjunto, exigia uma medida governamental. Descartava-se, assim, mais uma vez, a possibilidade de um “intervencionismo pró-pecuária” — pois esta, para o governo, não representava “a sociedade”, mas uma facção.

Todos estes aspectos de política econômica podem conferir, sem dúvida, um caráter “progressista” ao governo rio-grandense, principalmente ao se ter em vista a época em que tiveram lugar e outros pontos por ele defendidos, como o reconhecimento da “questão social” e a introdução de medidas nesta área já na Constituição Estadual de 1891. De fato, diversificação produtiva, crítica aos latifundiários, ampliação da agenda do Estado no campo econômico e tratamento da “questão social” são pontos só bem mais tarde colocados pelas elites brasileiras (alguns, inclusive, por sua “esquerda”). E não deixa de ser um aspecto ainda não suficientemente estudado o porquê de uma oligarquia periférica ter se antecipado ao tratamento destas questões.

(43) Veja neste sentido: KLIEMANN, Luísa. (1979, *passim*).

Há entretanto, que fazer qualificações. E, quanto a estas, faz-se mister ressaltar a defesa do orçamento equilibrado como dos pontos mais conservadores defendidos pelo governo, uma vez que subordinava a si toda a política econômica, vindo a se constituir no verdadeiro limite de sua política intervencionista. Se, de um lado, procurava-se afastar do liberalismo, doutrina taxada via de regra de "conservadora" e "monarquista" por parte do governo, aceitando-se a ampliação das atividades econômicas do Estado, inclusive na área social, por outro atrelava-se ao dogma do orçamento equilibrado — o que, na prática, anulava qualquer pretensão de ampliar com mais vigor a agenda do Estado. Há que considerar serem os impostos praticamente a única fonte de receita, restando ao governo apenas a tomada de empréstimos — também ideologicamente não admitido, pois feria os princípios positivistas de moralização e austeridade (mesmo assim, quando das encampações, viu-se o governo obrigado a recorrer a empréstimos externos). Se aceita a formulação de M. Kalecki que é exatamente pelo dogma das "finanças sadias" que o liberalismo tem expressão, sendo o rompimento com este princípio um dos mais significativos pontos da política econômica "moderna", pode-se dizer que, a rigor, o rompimento com a política econômica do *laissez-faire* foi muito mais retórico que real⁽⁴⁴⁾. Tratava-se, como já mencionei em outra ocasião, de um *intervencionismo conservador*, pois limitado pelos mesmos argumentos que o justificavam: assim, o "*dever intervencionista*" do Estado pouco diferia, na prática, das *exceções intervencionistas* dos liberais ...⁽⁴⁵⁾.

Concluindo, pode-se dizer que, pesando os vários aspectos da política econômica governamental, sem dúvida o resultado

(44) Ver o artigo Os Aspectos Políticos do Pleno Emprego (KALECKI, Michal, 1977, p. 54-60).

(45) FONSECA, Pedro C. Dutra (1983, p. 100).

foi, diante dos objetivos propostos, positivo. O projeto diversificador foi gradualmente sendo implementado e, pelo que ficou evidenciado anteriormente, com sucesso. A atuação governista, entretanto, teria por conseqüência algo que talvez tenha estado além de sua percepção que foi impulsionar a formação do capitalismo no Rio Grande do Sul. As barreiras que se antepunham a este processo, representadas principalmente pela crise da economia pecuária e das charqueadas, puderam, em grande parte, ser vencidas. *Gratia argumentandi*, não seria este o resultado se o aparelho estatal tivesse se mantido nas mãos da principal fração de classe dominante (pecuarista e charqueadores) após a Proclamação da República.

Considerações Finais e Conclusão

Procurou-se traçar, em linhas gerais, as principais transformações econômicas no Rio Grande do Sul durante a Primeira República, associando-as à formação do capitalismo. Este tipo de abordagem, procurando reconstituir histórica e logicamente processo tão complexo, sempre corre os riscos da simplificação e da fatalidade — podendo daí advir a conclusão de que o ocorrido foi "natural" e resultado imediato ou de ações fortuitas ou de um plano previamente estabelecido. Em termos metodológicos há que evitar, contudo, os caminhos mais fáceis do acaso e do extremo racionalismo. Não pode haver dúvida que se tratou de um processo difícil e problemático, envolvendo opções, barreiras e retrocessos e, como se mostrou mesmo sumariamente na seção 4, intimamente vinculado ao jogo político e a decisões humanas. As considerações a seguir procuram cobrir algumas lacunas neste sentido.

Estudando o início da *industrialização* no Brasil (que não significa *capitalismo*, embora a distinção ainda gere freqüentes confusões), Gabriel Cohn aponta determinados "fatores históricos necessários",

“reciprocamente complementares”, que se constituem em condições para o aparecimento do capitalismo:

“Condição primordial para o desenvolvimento de uma economia capitalista é a existência de forte excedente, exprimível em termos monetários, relativo ao necessário para a simples manutenção corrente do sistema; em seguida, uma parcela significativa desse excedente, ao invés de distribuir-se por todo o conjunto social, deve concentrar-se em poder de um grupo minoritário; depois, esse grupo beneficiado pela concentração da renda derivada do excedente deve ser suficientemente diferenciado para incorporar elementos aptos a assumirem novas formas de comportamento econômico em relação àquelas vigentes no sistema original: a incorporarem e introduzirem inovações na atividade econômica; por último, esses novos agentes econômicos devem contar com um suprimento de mão-de-obra e de consumidores para novos produtos (o que já impõe limites à concentração da renda), assim como matéria-prima disponível (ou transportável) e fontes de energia”(46).

Cabe considerar como esses fatores interagiram no Rio Grande do Sul, impulsionando o desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo que não atuaram com o vigor (ou intensidade) que tiveram em São Paulo — *dando início ao capitalismo no Rio Grande do Sul mas, desde sua origem, qualitativamente diferente do paulista.*

Consideram-se, inicialmente, dois aspectos essenciais de São Paulo: a capacidade expansiva e diversificadora do crescimento para fora, levando nos períodos de auge o capital cafeeiro a se extravasar à produção agrícola, inclusive indo à indústria; e, decorrente disto, ter a burguesia industrial paulista sua matriz no capital cafeeiro. No Rio Grande do Sul, a atividade econô-

mica mais significativa era a pecuária, mas nem ela foi capaz da diversificação acima apontada, nem os fazendeiros e charqueadores podem ser considerados como “matriz” da burguesia industrial rio-grandense(47). A pecuária não possuiu períodos de euforia na extensão em que houve na economia cafeeira e, exatamente no momento em que o café se expandia — da segunda metade do século 19 em diante — mais profunda era sua crise. Além disso, o café paulista foi capaz de vencer a barreira da escravidão introduzindo o trabalho assalariado, constituindo-se em uma economia capitalista agroexportadora: operasse, assim, uma revolução na economia cafeeira, introduzindo-se forças produtivas capitalistas e alterando as relações de produção. Ora, foi esse *café capitalista* o pré-requisito para que o capitalismo se desenvolvesse, assim como avançasse com a industrialização, o que não ocorreu com a pecuária gaúcha(48). Nesta, pouca mudança houve com a Abolição, e o problema da mão-de-obra, essencial numa lavoura permanente, como o café, possuía pouco significado: a pecuária extensiva não conheceu nem de longe falta de braços. Assim, São Paulo possuía *um problema a resolver*, e a solução deste prende-se às mudanças advindas, o que não ocorria no Rio Grande.

(47) Houve, é claro, fazendeiros e charqueadores que tiveram seus investimentos ampliados às atividades urbanas, assim como na região da fronteira há operários, não só nas charqueadas como nos frigoríficos e em algumas “indústrias” locais (ainda artesanais e manufaturas). Entretanto, esta não é, por excelência, a indústria nascente no Rio Grande do Sul, responsável pelo dinamismo econômico da República Velha. Há mais ou menos consenso que a industrialização gaúcha liga-se à economia imigrante, pois concentrada estava em Porto Alegre e na região Serrana.

(48) “Não pode subsistir qualquer dúvida de que a economia cafeeira assentada em relações capitalistas de produção engendrou os pré-requisitos fundamentais ao surgimento do capital industrial e da grande indústria” (MELLO, João Manuel Cardoso de, 1982, p. 98).

(46) COHN, Gabriel. In: MOTA, Carlos Guilhaume et alii. (1968, p. 287-88).

O excedente monetário concentrado nas mãos dos cafeicultores paulistas, especialmente nos auges exportadores, representaram o capital-dinheiro pré-requisito à diversificação. Mas a manutenção deste excedente deveu-se, em grande parte, à política econômica, o que não aconteceu com os fazendeiros gaúchos: embora ambos não tivessem nas mãos o poder político nos mercados consumidores para onde se destinavam seus produtos (mercado internacional, para o café, mercado nacional, para a pecuária), importante para a realização, os cafeicultores paulistas supriram parte desta falta com o poder político estadual e parte significativa do poder federal: assegurando a si determinados instrumentos de política econômica, principalmente monetários e cambiais, assegurava-se, ao mesmo tempo, a *hegemonia* da cafeicultura paulista dentro do Estado Nacional. Tal fato fica mais evidente à medida que, aproximando-se o final da República Velha, exigia o café cada vez mais a utilização de instrumentos de política econômica para garantir certa margem de lucro aos produtores. Quanto aos pecuaristas, neste aspecto, o contraste é evidente, pois nem no estado nem no plano federal conseguiram fazer valer seus interesses mais imediatos.

Assim, enquanto a formação do capitalismo paulista está vinculada ao café, inclusive pela infra-estrutura que este gerou (estradas de ferro, por exemplo), no Rio Grande do Sul não foi a pecuária que possibilitou o desenvolvimento capitalista e a industrialização. Não que inexistissem fatores na economia pecuária que obstavam o capitalismo: havia, é bem verdade, mas que não se constituíam em *contradição*, pois, mais que isso, faltava a *unidade*: não apresentava a primeiras contradições que, *negadas*, ensejassem o segundo.

Feitas estas considerações no sentido de evidenciar as diferentes possibilidades de expansão capitalista nos dois estados, resta então a constatação: mesmo com os empecilhos expostos, no Rio Grande do

Sul *também houve* (embora qualitativamente diferente) na Primeira República a difusão e a expansão de relações capitalistas. Por quê? Porque um fato *externo* à pecuária e à economia gaúcha ocorreu no período imperial: a imigração. *Externo*, porque a imigração não se deu nem por exigência da economia gaúcha nem por interesse das classes dominantes locais: não era para servir à atividade econômica já instalada, como em São Paulo, mas para criar uma economia paralela a ela. Além de necessitar pouca mão-de-obra, o que já afetava o tamanho do mercado consumidor, a economia pecuária também não gerou num *mercado de trabalho*, ou seja, homens dispostos (por imposição) a vender sua força de trabalho como única alternativa de sobrevivência⁽⁴⁹⁾. A imigra-

(49) A participação de trabalhadores estrangeiros no Rio Grande do Sul é menor que em São Paulo, o que não implica possa ser subestimada. O Censo de 1920 registra que 27,7% dos trabalhadores da indústria em Porto Alegre são estrangeiros, ao passo que 51,1% o são na cidade de São Paulo; no comércio, as porcentagens são, respectivamente, 26,3% e 62,5% em cada estado. Miguel Bodeal (s.d., p. 25-27), analisando estes dados, concluiu que a participação de estrangeiros no conjunto de trabalhadores é insignificante, pois "a imigração estrangeira dirigira-se, no Rio Grande do Sul, sobretudo para as áreas rurais" (p. 27). Trata-se, evidentemente, de um engano. Com a imigração as *cidades* da região colonial conheceram alta taxa de crescimento populacional — o que atesta um processo de urbanização não desprezível. Além disso, os dados de Porto Alegre não podem ser generalizados para o Rio Grande do Sul, dada a importante presença da agroindústria colonial nos municípios serranos, onde a participação dos trabalhadores estrangeiros era bem mais expressiva. Além disso, para o objetivo aqui proposto (demonstrar a importância da imigração na formação do mercado de trabalho), deve-se considerar: (a) que os filhos de imigrantes não são estrangeiros, pelo que o Censo os registrou como brasileiros; (b) e, com isso, a importância do trabalhador "legalmente estrangeiro" é maior no início da industrialização que em seu desenvolvimento; nos anos 20 a porcenta-

ção iria responder por esses dois aspectos: traz grande quantidade de homens, a maioria despossuídos de propriedade (*mas não exclusivamente*), que serão, ao mesmo tempo, força de trabalho e mercado consumidor. A cada um deles cabe uma observação.

Considerar que os imigrantes vindos ao Rio Grande do Sul constituíram-se todos em pequenos proprietários é mais fruto de uma postura ideológica que de qualquer comprovação empírica. Como toda ideologia, esta tem um fundo de verdade: para a maior parte deles isto foi verdade, mas também houve imigrantes já ricos em sua pátria de origem como houve os que não ganharam terra. Parte significativa dos filhos de imigrantes pequenos proprietários deixarão de sê-lo, dada a própria divisão da já pequena propriedade. Assim, na região de mais acentuada imigração há um processo interno de urbanização *concentrado no tempo*, processo este que acompanhou a expansão industrial. Julio de Castilhos, em 1896, assim encarava o imigrante que viera ao Rio Grande, numa

passagem amplamente citada pelos que estudaram sua história:

“No Rio Grande do Sul, felizmente, a colonização constitui uma excepção moralizadora. Ella não equivale aqui a importação de simples trabalhadores ou assalariados, a tanto por cabeça, que formam ordinariamente uma massa fluctuante ou movediça, inadmissivel e refractaria aos nossos costumes e às nossas leis, encerrando um verdadeiro perigo nacional”(50).

Julio de Castilhos, como se percebe, dizia que os imigrantes não se confundem com *proletários*. Mas como confrontar tal afirmação com as estatísticas da República Velha, e especialmente do Censo de 1920, que dizem ser os trabalhadores da indústria em grande proporção estrangeiros (sem contar os filhos deles)?

Assim, ao gerar a força de trabalho necessária à indústria, a imigração possibilitou, ao mesmo tempo, a formação de um mercado consumidor inicial (neste se incluindo, é claro, os pequenos proprietários). Talvez por não haver um processo violento de expropriação, o trabalhador da indústria contava com um salário mais atraente que o do campo, inclusive se comparado com São Paulo. Como afirma W. Cano, apoiado no Censo de 1920, *“enquanto o operário têxtil tinha um salário de 45% maior que o trabalhador de enxada, essa diferença era de 72% no Rio Grande do Sul”*(51). Assim, a imigração possibilitou o que a pecuária não foi capaz; trouxe consigo capital e mão-de-obra, gerou trabalhadores passíveis de assalariamento e conseguiu um mercado consumidor *inicial* para garantir a produção. Inicial, pois logo a produção colonial, tanto agrícola como industrial, iria ser exportada, tendo aí seu principal elemento de dinamismo. E com isso, encontrava-se

... gem de trabalhadores “brasileiros” é maior que ao final do século 19, e maior ainda será nos censos posteriores. Mesmo que os imigrantes em sua maioria se tornem pequenos proprietários, isto não pode ser entendido como obstáculo à formação do mercado de trabalho. A “economia de pequenos proprietários” possibilitou e tornou real a formação de um conjunto de homens desprovidos de propriedade (e dispostos ao assalariamento) que, no tempo, tendia a crescer. Não é difícil se perceber que uma economia deste tipo, principalmente se inserida numa sociedade capitalista, não conseguiria se reproduzir infinitamente, pois dificilmente teria dinamismo de tal monta para absorver o crescimento populacional no longo prazo: ou ocuparia novas áreas ou o excedente populacional iria para as cidades, ou, ainda, as propriedades se fragmentariam até se tornarem incapazes para reproduzir a força de trabalho. Estas três alternativas historicamente ocorreram no Rio Grande do Sul, mas a segunda foi a responsável pela formação do mercado de trabalho.

(50) ANNAES DA ASSEMBLEA... (1896, p. 19).

(51) CANO, Wilson. In: ANPEC (1977, p. 93).

com seu destino e respondia à motivação que a induzira: servir como produtora de alimentos para o centro hegemônico, especializado e monocultor, da economia brasileira. Embora se possa argumentar o interesse do governo imperial em colonizar o norte do Rio Grande do Sul por motivos militares, o que talvez valha em parte para a imigração alemã da década de 1820, não se pode estendê-lo para a imigração italiana a partir de 1875. Neste momento a questão do abastecimento de gêneros de primeira necessidade já era grave na região cafeeicultora, e como assinou J.M. Cardoso de Mello analisando a constituição do capitalismo em São Paulo, *"a disponibilidade de trabalhadores livres não é suficiente para que assegure a reprodução da força de trabalho, que dependia, ademais, da existência de alimentos e dos manufaturados de consumo"*(52).

Concluiu-se, pois, que o que Castro chamou de *"precoce desenvolvimento voltado para dentro"* coincide exatamente com um aspecto essencial da formação capitalista do

Rio Grande: estar, desde sua origem, do ponto de vista local, *voltada para fora*. Produzindo bens agrícolas e industriais para consumo de baixa renda, a economia gaúcha pode ser teoricamente concebida, durante a República Velha, como parte do Departamento III da economia brasileira; ou, como se preferia dizer na época, "celeiro do Brasil". O que na aparência era imigração de pequenos proprietários para colonização respondia, em última instância, às necessidades do capital. A política econômica levada a efeito pelo governo gaúcho com o propósito de criar uma economia diversificada que garantisse sua autonomia colaborava, não obstante, para seu oposto: a integração ainda maior do Rio Grande do Sul à economia brasileira. Definida esta tendência, pode-se indagar, sem qualquer pretensão economicista, se talvez não esteja aí parte da explicação para a união entre governo e oposicionistas, ao final dos anos 20, quando da "Aliança Liberal": deixada de lado a polaridade entre "diversificação" e "exclusivismo pecuário", já que ultrapassada pelos acontecimentos, restava a todos a defesa do mercado interno nacional.

(52) MELLO, João Manuel Cardoso de. (1982 p. 145).

Anexo Estatístico

TABELA 1

PARTICIPAÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES
DO RIO GRANDE DO SUL
1861-90/1923-27

	1861		1890		1923		1927	
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
(1) Charque	5.940	37,7	5.223	30,3	59.845	19,2	73.890	17,7
(2) Couros	5.856	37,2	4.211	24,4	44.601	14,3	28.467	6,8
(3) Subtotal: (1) + (2)	11.796	74,9	9.444	54,7	104.466	33,5	102.447	24,5
(4) Arroz	—	—	—	—	24.423	7,8	54.036	13,0
(5) Banha	—	—	1.993	11,5	41.274	13,3	81.980	19,7
(6) Farinha de mandioca	221	1,4	1.117	6,5	8.466	2,7	7.570	1,8
(7) Feijão	627	4,0	1.583	9,2	4.504	1,4	13.899	3,3
(8) Fumo	—	—	348	2,0	13.058	4,2	13.415	3,2
(9) Vinho	—	—	—	—	7.751	2,5	12.121	2,9
(10) Subtotal: (4) + . . . + (9)	848	5,4	5.041	29,2	99.456	31,9	183.021	43,9
(11) Total: (3) + (10)	12.644	80,3	14.485	83,9	203.922	65,4	285.468	68,4
(12) Total do RS	15.758	100,0	17.267	100,0	311.151	100,0	415.915	100,0

Fonte: SINGER, Paul (1977, p. 161); ANNAES DO CONGRESSO CONSTITUINTE DO RIO GRANDE DO SUL. (1891, p. 33); RIO GRANDE DO SUL. Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior. (1924, p. 373-79); SECRETARIA DO ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA DO RIO GRANDE DO SUL. (1928, p. 113-18).

TABELA 2

VALOR DO CHARQUE EXPORTADO E SUA PARTICIPAÇÃO
NO VALOR TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DO RS
1890-1925
(em 1.\$000).

Ano	Charque	Total	(%)
1890	5.223:185	17.266:724	30,3
1891	9.039:019	27.469:410	32,9
1892	11.813:684	39.823:844	29,7
1893	12.353:215	40.670:120	30,4
1894	11.633:371	40.873:160	28,5
1895	8.265:700	41.474:835	19,9
1896	7.107:944	40.587:868	17,5
1897	11.496:795	52.936:225	21,7
1898	16.667:453	62.583:129	26,6
1899	13.754:486	58.096:800	23,7
1900	15.002:431	50.034:171	30,0
1901	11.809:719	44.128:912	26,8
1902	13.033:751	51.492:487	25,3
1903	12.540:428	51.981:165	24,1
1904	13.259:788	57.183:714	23,2
1905	15.953:900	56.665:418	28,1
1906	19.310:695	66.233:093	29,0
1907	22.965:956	72.857:846	31,5
1908	25.350:480	74.529:991	34,0
1900	24.908:753	77.125:921	32,3
1910	24.387:315	81.959:013	29,8
1911	26.313:128	81.393:093	32,3
1912	31.540:191	104.968:606	30,0
1913	31.751:363	108.100:950	29,3
1914	23.712:897	79.319:928	29,9
1915	27.976:210	89.048:672	30,6
1916	28.366:287	91.237:379	31,1
1917	42.845:254	161.739:338	26,5
1918	29.329:910	165.764:258	17,7
1919	47.130:119	215.572:443	21,9
1920	42.570:923	197.793:072	21,5
1921	41.514:805	214.959:313	19,3
1922	56.002:503	233.071:992	24,0
1923	59.844:687	311.150:894	19,2
1924	76.800:865	413.942:718	18,6
1925	92.979:619	473.997:406	19,6

Fonte: AZAMBUJA, Graciano (1891-1908, *passim*); ANNAES DA ASSEMBLEA ... (1909-1929 *passim*); RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Negócios do Interior e Exterior. (1928, p. 900).

TABELA 3

QUANTIDADES DE ARROZ EXPORTADAS,
SEU VALOR E PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL NO TOTAL DO VALOR DAS
EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL
1907-28.

Ano	Quantidades (em t)	Valor (em 1\$000)	(%)
1907	201	73:380	0,1
1908	637	162:831	0,2
1909	3.123	794:441	0,3
1910	3.976	753:831	0,9
1911	9.579	654:722	0,7
1912	9.970	2.512:199	2,4
1913	17.217	4.955:263	4,6
1914	12.245	3.590:707	4,5
1915	13.767	5.259:327	5,9
1916	6.574	2.366:379	2,6
1917	23.982	8.614:965	5,3
1918	20.048	11.189:746	6,8
1919	27.760	14.775:506	6,9
1920	35.623	17.897:131	9,0
1921	54.296	21.440:396	10,0
1922	47.589	22.852:750	9,8
1923	47.259	24.423:436	7,8
1924	42.024	34.533:435	8,3
1925	45.876	53.569:697	11,3
1926	60.860	33.553:580	9,7
1927	92.235	54.035:846	13,0
1928	78.586	65.761:434	11,3

Fonte: AZAMBUJA, Graciano (1907, p. 258); RELATÓRIO APRESENTADO AO SR. DR. PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PELO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA ÁLVARO BAPTISTA (1901, v. 1, p. 64-65); RELATÓRIO APRESENTADO AO EXMO. SR. GEN. SALVADOR AYRES PINHEIRO MACHADO VICE-PRESIDENTE DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA DR. ANTONIO MARINHO LOUREIRO CHAVES (1916, p. 308).

TABELA 4

PRODUÇÃO DE BANHA DO RIO GRANDE DO SUL
1888-96(a)
(em t)
1888 = 100

Ano ¹	Produção ¹	Relativo
1888	2.087	100
1889	3.373	162
1890	2.756	132
1891	5.027	241
1892	6.971	334
1893	—	—
1894	4.493	215
1895	7.534	361
1896	8.243	395

Nota: (a) Entre 1888 e 1892, no item banha está incluído toicinho. Para o ano de 1893 não foram encontrados dados.

Fonte: ANNAES DA ASSEMBLEA... (1890-1898, *passim*).

TABELA 5

QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE
VINHO DO RIO GRANDE DO SUL
1920-29
1920 = 100

Ano	Quantidade (em t)	Relativo	Valor (em 1.000\$)	Relativo
1920	2.987	100	1.310	100
1921	4.669	156	2.124	162
1922	7.197	241	3.333	254
1923	11.211	375	7.751	592
1924	11.437	383	7.408	565
1925	15.177	508	10.319	788
1926	16.643	557	11.257	859
1927	19.773	662	12.121	925
1928	26.191	878	—	—
1929	22.567	756	—	—

Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior. (1925-27, p. 856-57; 1928, p. 897).

TABELA 6

FIRMAS MANUFATUREIRAS GAÚCHAS ENTRE AS 100 MAIORES DO BRASIL
SEGUNDO O VALOR DA PRODUÇÃO.
(Pelo levantamento de 1907)
(em 1\$000)

Ordem	Nome da Firma	Setor	Valor da Produção	Capital	N.º de Trabalhadores	Cavalos Vapor
8	Emílio Calo & Cia	Carne seca	5.563	900	500	200
16	Araya Irigoyen	Carne seca	3.735	500	410	110
20	Antonio Nunes R. Magalhães	Carne seca	3.362	500	370	80
28	Otero Gomes & Cia	Banha	2.780	1.200	100	20
31	Pedro Osório & Cia.	Carne seca	2.438	500	350	100
32	Empresa Industrial Bageense	Carne seca	2.434	400	300	60
33	Albino Cunha	Moagem	2.420	616	160	200
53	S.A. (sic)	Carne seca	1.759	259	200	60
54	João Tamborim	Carne seca	1.759	100	150	30
55	Nicolau Alam	Carne seca	1.713	100	200	20
56	Cia. União Fabril	Tecidos	1.710	5.000	1.008	710
60	Uma Cia. (sic)	Carne seca	1.669	350	180	80
61	Jacob Renner & Cia.	Banha	1.650	500	55	20
62	Nunes & Irmão	Carne seca	1.650	120	70	30
69	Christiano Jacob Trost	Banha	1.400	380	41	10
72	Empresa Lacerda & Cia.	Carne seca	1.288	250	60	60
83	José Andreazza	Vinho	1.200	150	84	25
85	Breitas & Filho	Carne seca	1.146	150	100	40
87	Manuel Patrício & Filho	Carne seca	1.110	120	85	46
88	Zeferino Lopes Moura	Carne seca	1.109	180	78	60
91	F. Rheingantz	Chapéus	1.100	300	164	60
93	J.J. Mendonça Azevedo	Carne seca	1.066	250	79	20
94	Augusto Nogueira	Carne seca	1.066	150	80	8
97	Cia. Fabril Paulistana	Tecidos	1.050	3.687	400	200
98	Santo Becchi & Cia.	Tecidos	1.050	800	700	400
100	Cia Mécânica e Importadora	Fundições	300	5.000	353	200

Fonte: Centro Industrial do Brasil, vol. 3. In: FAUSTO, Boris (org.), **O Brasil Republicano: Estrutura de Poder e Economia(1889-1930)**. São Paulo, Difel, 1975. v. 1, p. 260-62.

Referências Bibliográficas

- ANNAES da Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, A Federação, 1890-1930.
- BANDEIRA, Pedro S. A Produção Gaúcha na Economia Nacional: Resposta a uma Crítica. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, FEE, 1984, v. 2.
- BODEA, Miguel. *A Greve de 1917; as origens do trabalhismo Gaúcho*. Porto Alegre, L & PM, s.d.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Indústria e Comercio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil 1920*. Rio de Janeiro, 1923.
- CANO, Wilson. Alguns Aspectos da Concentração Industrial. In: ANPEC. *Formação Econômica do Brasil, a experiência da Industrialização*. São Paulo, Saraiva, 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo, Difel, 1962.
- CARRION, JR., Francisco M. Por um Projeto Regional. In: RIBEIRO, Carlos R. Mendes (org.). *Autonomia ou Submissão*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
- CASTRO, Antonio Barros de. *7 Ensaio de Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Forense, 1971. v.2.
- COHN, Gabriel. Problemas da Industrialização no Século XX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. 2 ed. São Paulo, Difel, 1968.
- DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1977. v. 1, t.3.
- DOCCA, E. F. de Souza. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Simões, 1954.
- DRAIBE, Sônia M. Rumos e Metamorfoses; um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil, 1930-1960. Campinas, 1980. (tese de doutorado).
- FEE. *A Produção Gaúcha na Economia Nacional: uma análise da concorrência intercapitalista*. Porto Alegre, 1983, v. 1.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A Integração do Norte do RS à Economia Gaúcha. *Perspectiva Econômica*. São Leopoldo, UNISINOS, 1980.
- _____. *RS: Economia & Conflitos Políticos na República Velha*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
- FRAQUELLI, Jane Aíta. A Lavoura Capitalista do Arroz e a Crise de 1926: A Ação do Estado e a Criação do Sindicato Arrozeiro. In: ANTONACCI, Maria Antonieta et alii. *RS: Economia & Política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.
- KALECKI, Michal. *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- KLIEMANN, Luísa. A Ferrovia Gaúcha e as Diretrizes da Ordem e Progresso. *Revista de Estudos Ibero-america-*

nos. Porto Alegre PUCRGS, 3(2), dez. 1979.

LAGEMANN, Eugênio. *A Industrialização do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, IEPE/UFRGS, 1978. (Relatório de Pesquisa, 4).

LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 30*. São Paulo, Perspectiva, 1975.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Considerações sobre a Agricultura Gaúcha até 1930. *Informativo do SEITE*. Porto Alegre, FEE (3), nov/dez. 1977.

_____. *República Velha Gaúcha: Charqueadas, Frigoríficos, Criadores*. Porto Alegre, Movimento, 1980.

_____. *Agropecuária Colonial e Industrialização*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório da Secretaria da Fazenda*. Porto Alegre, A Federação, 1893-1929.

_____. *Secretaria do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Anuario Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, A Federação, 1920-30.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. 2. ed. Porto Alegre, Nacional, 1977.

VERSIANI, Flávio Rabelo & VERSIANI, Maria Teresa R.O. A Industrialização Brasileira antes de 1930: uma contribuição. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 5 (1), 1975.